

CAPÍTULO 2

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM LIBRAS: TERRITORIALIDADES, CORPORALIDADES E PRÁTICAS DE COMUNIDADES SINALIZANTES

 <https://doi.org/10.68044/k1aj8j03>

Amarildo João Espíndola ¹

Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB).

Rivaldo Pereira da Costa ²

*Especialista em Docência da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela UNITENSE
e graduado em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC).*

Leonardo Muneratti ³

*Graduado em Letras Libras pela Uniasselvi, Pós-graduado em Educação de
Surdos na Uniasselvi. Professor Substituto no INES e UFRRJ.*

Deonísio Schmitt ⁴

*Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestre em
Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Magistério
Superior da Universidade Federal de Santa Catarina.*

Sailloane Alandia Soares Simão ⁵

*Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).*

RESUMO: Este estudo aborda a variação linguística na Língua Brasileira de Sinais (Libras), considerando suas relações com as territorialidades, as corporalidades e as práticas constituídas por comunidades sinalizantes. O objetivo consiste em analisar como fatores geográficos, sociais, históricos, culturais e interacionais participam da produção e da circulação de variantes fonológicas, lexicais e discursivas. Desenvolve-se uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em estudos sociolinguísticos sobre línguas de sinais e em investigações realizadas em diferentes regiões e contextos comunitários brasileiros. A análise demonstra que a diversidade da Libras não se restringe à distribuição espacial dos sinais, pois envolve trajetórias de aquisição linguística, redes de interação, pertencimentos identitários, experiências corporais, escolarização, contato entre línguas e situações comunicativas. Configurações de mãos, movimentos, pontos de articulação, orientações, expressões não manuais e escolhas lexicais constituem recursos pelos quais os sinalizantes produzem sentidos e negociam vínculos coletivos. Conclui-se que a variação é uma propriedade estruturada da Libras e uma manifestação legítima da pluralidade das comunidades surdas, devendo ser reconhecida nas pesquisas linguísticas, no ensino, na tradução e nas políticas de valorização e documentação da língua.

Palavras-chave: Libras; Variação linguística; Territorialidades; Corporalidades; Comunidades sinalizantes.

INTRODUÇÃO

A variação constitui uma propriedade inerente às línguas naturais e se manifesta por meio de diferenças fonológicas, lexicais, morfossintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivas relacionadas às condições históricas e sociais de uso. Compreender uma língua como estrutura uniforme, estática e desvinculada de seus usuários significa desconsiderar que os sistemas linguísticos se realizam em situações concretas de interação e se transformam à medida que circulam entre diferentes grupos. Essa compreensão também se aplica às línguas de sinais, embora a argumentação empregada para legitimar

seu estatuto linguístico tenha privilegiado, durante muito tempo, suas propriedades estruturais, deixando em segundo plano a heterogeneidade resultante de fatores linguísticos, sociais e estilísticos (Xavier, 2019, p. 48-49). Nessa direção, Monteagudo compreende as línguas como sistemas abertos, heterogêneos e dinâmicos, cuja transformação não impede seu funcionamento comunicativo, mas responde à diversidade interna das próprias comunidades de usuários (Monteagudo, 2011, p. 16 *apud* Barbosa Da Silva, 2025, p. 2).

No caso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o reconhecimento de sua estrutura gramatical e de sua legitimidade como língua das comunidades surdas brasileiras não deve resultar na representação equivocada de que existiria uma forma única, homogênea e invariável de sinalização. Ao contrário, a Libras é produzida por sujeitos historicamente situados, pertencentes a diferentes gerações, regiões, grupos profissionais, redes de sociabilidade e trajetórias educacionais. Ela também se encontra em contato permanente com o português escrito e oralizado, com outras línguas de sinais e com distintas formas de comunicação visual. A sociolinguística permite, portanto, afastar julgamentos baseados nas categorias de “certo” e “errado”, demonstrando que as variedades linguísticas apresentam organização, complexidade e funcionalidade próprias (Rodrigues; Silva, 2017, p. 686-690). Reconhecer essa diversidade não fragiliza a unidade política da Libras; antes, amplia o

conhecimento sobre as variadas formas pelas quais ela se constitui, circula e expressa culturas e identidades surdas no Brasil (Barbosa Da Silva, 2025, p. 2-3).

A pluralidade da Libras pode ser observada em diferentes dimensões. A variação diatópica relaciona-se à distribuição geográfica dos usos linguísticos; a diastrática, às posições e aos grupos sociais; a diafásica, às situações e aos graus de formalidade; a diacrônica, às mudanças verificadas ao longo do tempo; e a diaglóssica, aos efeitos decorrentes do contato entre a Libras e o português. Essas dimensões não operam isoladamente, pois uma variante regional também pode estar associada à geração, à escolaridade, ao gênero, à profissão, ao período de aquisição da língua e aos contextos de interação. Por essa razão, a diversidade da Libras não pode ser explicada exclusivamente por diferenças entre estados ou municípios. Faz-se necessário observar como espaço, mobilidade, corpo, pertencimento comunitário e relações de poder participam conjuntamente da formação dos repertórios linguísticos.

A noção de territorialidade adotada neste estudo ultrapassa a identificação cartográfica do lugar em que determinado sinal foi registrado. O território é entendido como espaço socialmente construído, atravessado por memórias, instituições educacionais, associações de surdos, deslocamentos, redes familiares, ambientes profissionais e meios digitais. Os estudos realizados em Belém e

Parauapebas demonstraram a ocorrência de variação fonológica e lexical relacionada à distância geográfica, mas também evidenciaram interferências de fatores sociais e de gênero na produção dos participantes (Leal; Silva; Silva, 2022, p. 54, 62). De modo semelhante, a pesquisa desenvolvida na região metropolitana de São Luís encontrou diferentes realizações lexicais entre sinalizantes residentes em municípios próximos, reafirmando a necessidade de investigações capazes de descrever a heterogeneidade linguística das comunidades locais (Santos; Azevedo, 2024, p. 121-124). Esses resultados indicam que o território não funciona como simples cenário da variação, mas participa da constituição das formas linguísticas, dos repertórios compartilhados e dos sentidos de pertencimento.

Ao lado da dimensão territorial, a corporalidade ocupa posição central na realização da Libras. Por se tratar de uma língua de modalidade visual e espacial, sua produção mobiliza configurações e movimentos das mãos, localizações no corpo ou no espaço, orientações das palmas, expressões faciais, movimentos da cabeça, direção do olhar, postura e deslocamentos corporais. O corpo não é, nessa perspectiva, um suporte externo sobre o qual a língua seria acrescentada, mas parte de sua materialidade fonológica, gramatical, semântica e discursiva. Xavier e Barbosa verificaram variação interindividual e intraindividual na configuração de mão, na localização, no movimento, na orientação, no número de mãos, nas

marcações não manuais e em outras características articulatórias, como o contato entre os articuladores e a repetição do movimento (Xavier; Barbosa, 2014, p. 371-372, 407). A corporalidade permite, assim, investigar como diferentes modos de sinalizar se estabilizam ou se alternam sem que a compreensão da língua seja reduzida a um modelo idealizado de execução.

Entretanto, o conceito de corporalidade não se restringe à descrição anatômica dos articuladores. O corpo sinalizante também é histórico, cultural e político, pois carrega experiências de socialização, marcas identitárias, formas de expressividade e modos particulares de participação no mundo. Pagni e Martins compreendem a expressividade corporal como elemento constitutivo da diferença e do *ethos* surdo, destacando que gestos, performances e experiências visuais materializam modos singulares de existência e produção de sentidos (Pagni; Martins, 2019, p. 1-3). Sob esse entendimento, estudar corporalidades implica considerar simultaneamente a organização linguística da sinalização e as experiências socioculturais inscritas nos corpos das pessoas surdas. Evita-se, com isso, uma interpretação biomédica ou deficitária, reconhecendo o corpo como espaço de linguagem, interação, subjetivação e resistência.

A relação entre corpo e vida social torna-se particularmente visível nas marcações não manuais. Em pesquisa realizada com sinalizantes de Maceió, foram identificadas variações nas expressões

faciais e nas posturas corporais associadas à formação e à atuação profissional dos participantes, apontando para a existência de repertórios compartilhados por uma comunidade de prática (Valentim; Dizeu; Costa, 2020, p. 2-3, 23). Uma comunidade de prática se constitui quando seus integrantes mantêm engajamento suficientemente intenso em atividades comuns, desenvolvendo comportamentos, conhecimentos e recursos linguísticos compartilhados (Gonçalves, 2013, p. 111 *apud* Valentim; Dizeu; Costa, 2020, p. 7). Desse modo, determinada postura, expressão facial ou escolha lexical pode adquirir valor social no interior de um grupo, funcionando como índice de pertencimento, experiência, identidade profissional ou posicionamento discursivo.

A expressão “comunidades sinalizantes”, presente no título deste artigo, procura contemplar essa complexidade sem retirar das comunidades surdas seu protagonismo histórico e linguístico. O termo permite considerar as práticas de pessoas surdas com diferentes trajetórias de aquisição da Libras, professores, pesquisadores, tradutores, intérpretes, familiares e outros usuários que participam de redes de interação sinalizada. Não se pressupõe, contudo, que todos ocupem posições equivalentes na produção e na legitimação da língua. As relações entre esses participantes são marcadas por distintos níveis de fluência, autoridade, reconhecimento, formação e acesso aos espaços institucionais. A comunidade sinalizante deve ser

compreendida, portanto, como configuração dinâmica de sujeitos e práticas, e não como agrupamento uniforme definido apenas pelo uso de um código comum.

As condições de interação também interferem nas escolhas realizadas pelos sinalizantes. A comparação entre produções de um mesmo tradutor surdo em videoaulas e vídeos publicados no YouTube evidenciou alternâncias relacionadas ao registro, à simplificação articulatória e a características individuais, demonstrando que nem mesmo os ambientes considerados formais apresentam sinalização completamente uniforme (Machado; Weininger, 2018, p. 41-43). Em contextos especializados, a criação e a circulação de sinais-termo também respondem aos perfis sociais dos usuários, às instituições em que ocorrem as interações e às necessidades comunicativas de cada área. A existência de diferentes denominações para conceitos da eletrotécnica em instituições maranhenses, por exemplo, confirma que a comunicação especializada está sujeita à variação e não deve ser confundida com uma estrutura necessariamente homogênea (Santana; Santos, 2022, p. 5-6).

Apesar do avanço dos estudos fonológicos, lexicais, dialetológicos e sociolinguísticos sobre a Libras, ainda permanecem questões relacionadas à identificação das variáveis que condicionam determinadas escolhas, à existência de variedades macrorregionais, aos efeitos do contato linguístico e à avaliação social das variantes

pelas próprias comunidades sinalizantes (Xavier, 2019, p. 63-64). Não se trata de afirmar a inexistência de pesquisas sobre esses aspectos, mas de reconhecer que seus resultados frequentemente aparecem distribuídos em investigações que enfatizam isoladamente a região, os parâmetros articulatórios, o léxico, o perfil social ou o contexto comunicativo. Uma leitura articulada entre territorialidades, corporalidades e práticas comunitárias pode contribuir para uma compreensão mais abrangente da diversidade linguística da Libras.

Diante desse cenário, estabelece-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as territorialidades, as corporalidades e as práticas desenvolvidas pelas comunidades sinalizantes participam da produção, da circulação e da avaliação social das variantes linguísticas da Libras? A questão parte do pressuposto de que as diferenças encontradas na sinalização não são aleatórias nem constituem falhas individuais, mas integram uma heterogeneidade organizada, condicionada por fatores internos e externos à língua. Investigar tais relações mostra-se relevante tanto para o desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos da Libras quanto para o enfrentamento de práticas de correção, estigmatização e silenciamento de variedades regionais, sociais ou comunitárias.

O objetivo geral consiste em analisar como território, corpo e práticas comunitárias se articulam na constituição da variação linguística em Libras. Especificamente, busca-se discutir a diversidade

da Libras sob uma perspectiva sociolinguística; compreender a territorialidade como dimensão histórica e relacional da produção linguística; examinar a corporalidade como materialidade articulatória e experiência sociocultural; e refletir sobre o papel das comunidades sinalizantes na criação, manutenção, circulação e atribuição de valores às variantes. Com isso, pretende-se demonstrar que a variação é constitutiva da vitalidade da Libras e que sua descrição deve preservar a centralidade dos sujeitos surdos na produção de conhecimentos sobre a própria língua.

Para alcançar esses objetivos, desenvolve-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, abordagem qualitativa e orientação teórico-interpretativa, fundamentada em estudos brasileiros sobre sociolinguística das línguas de sinais, variação fonológica e lexical, dialetologia, corporalidade surda e comunidades de prática. O material analisado é composto por artigos científicos selecionados por sua aproximação com os três eixos conceituais propostos. Não se pretende estabelecer uma variedade ideal ou elaborar um inventário exaustivo das variantes da Libras, mas construir uma interpretação capaz de aproximar resultados produzidos em diferentes regiões, comunidades e contextos de sinalização.

Após esta introdução, o referencial teórico será organizado a partir da discussão da Libras como língua heterogênea, seguida pela análise das territorialidades e variedades regionais, das corporalidades

e dos parâmetros de produção dos sinais e, por fim, das práticas sociolinguísticas das comunidades sinalizantes. Nas serão retomadas as principais relações estabelecidas entre os três eixos, bem como suas contribuições para o reconhecimento da diversidade linguística, cultural e identitária da Libras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da variação linguística em Libras exige o abandono de concepções que representam as línguas como sistemas homogêneos, fechados e independentes das condições sociais de uso. A heterogeneidade não constitui uma imperfeição da estrutura, tampouco resulta da incapacidade dos usuários de seguirem determinada norma. Trata-se de uma propriedade constitutiva das línguas naturais, cuja manifestação pode ser condicionada por fatores internos, sociais, históricos, geográficos e estilísticos. Nas línguas de sinais, tais fatores atuam sobre diferentes níveis de organização, alcançando os parâmetros fonético-fonológicos, o léxico, a morfossintaxe, os recursos pragmáticos e a construção discursiva.

Xavier (2019, p. 48-49) observa que parte significativa da argumentação em favor do estatuto linguístico das línguas de sinais concentrou-se em demonstrar suas semelhanças estruturais com as línguas orais. Essa estratégia foi fundamental para combater a concepção de que os sinais seriam gestos aleatórios, mímicas ou

representações rudimentares. Entretanto, ao privilegiar a estrutura interna, frequentemente foram colocadas em segundo plano a diversidade dos usos, as relações sociais entre sinalizantes e as condições históricas de transformação das línguas sinalizadas. Conforme Schembri e Johnston, fatores linguísticos, sociais e estilísticos atuam de maneira articulada na produção da variação, não sendo possível atribuir uma escolha linguística a uma única causa isolada (Schembri; Johnston, 2012 *apud* Xavier, 2019, p. 49).

A sociolinguística possibilita recolocar os sujeitos, as comunidades e as práticas de interação no centro da análise. Rodrigues e Silva sistematizam essa perspectiva ao afirmarem:

Desse modo, para a sociolinguística, não existe língua fora do contexto social e toda língua é um conjunto de variedades; língua é um sistema constituído de heterogeneidade ordenada em que fatores linguísticos e extralinguísticos funcionam como condicionadores da variação e da mudança. A língua, nessa perspectiva, portanto, não pode ser analisada separada dos seus contextos de usos e, conseqüentemente, de seus falantes. Considerando que não há língua com apenas um falante, as línguas devem ser analisadas no contexto social em que falantes de diferentes idades, origem social, etnia, graus de escolaridade, sexo e gênero interagem. A gramática não é produto acabado e fechado que esses falantes devem aprender. A gramática é construída justamente por esses falantes em situações de interação em que sentidos são negociados. Desse modo, a história interna de uma língua não se desvincula da sua história externa, ou seja, da história de seus falantes (Rodrigues; Silva, 2017, p. 689).

A passagem evidencia que a gramática não antecede de maneira absoluta os sujeitos que utilizam a língua. Embora existam restrições estruturais e convenções compartilhadas, a organização linguística é continuamente atualizada nas interações. A noção de heterogeneidade ordenada permite compreender que duas ou mais formas podem expressar um mesmo significado sem que uma delas seja necessariamente incorreta. A coexistência de variantes obedece a regularidades, probabilidades de ocorrência, valores sociais e condições de adequação aos diferentes contextos.

A denominação singular “Libras” cumpre uma importante função jurídica, política e identitária, sobretudo diante da luta histórica das comunidades surdas pelo reconhecimento de seus direitos linguísticos. Esse uso singular, entretanto, não deve ocultar a existência de variedades regionais, geracionais, sociais, estilísticas e de contato. Como observam Rodrigues e Silva, uma língua corresponde a “um conjunto de variedades a que se atribui um rótulo” (Rodrigues; Silva, 2017, p. 690). Assim, falar em Libras não significa postular que todos os sinalizantes brasileiros produzam os sinais da mesma forma, utilizem repertórios idênticos ou compartilhem as mesmas trajetórias de aquisição.

Barbosa da Silva (2025, p. 2-3) distingue diferentes dimensões da variação em Libras: a diatópica, vinculada ao espaço geográfico; a diacrônica, relacionada às mudanças históricas; a diafásica,

condicionada pelas situações de uso; a diastrática, referente aos grupos e estratos sociais; e a diaétnica, associada às identificações étnicas e culturais. O autor acrescenta a variação diaglóssica, produzida pelo contato entre Libras e português. Essa última dimensão pode ser percebida em um contínuo no qual determinadas formas de sinalização apresentam maior influência da linearidade, da datilologia e de estruturas do português, enquanto outras recorrem mais intensamente à simultaneidade, à espacialidade, aos classificadores e às expressões corporais próprias da Libras (Barbosa Da Silva, 2025, p. 20-22).

Não se trata de separar os sinalizantes em grupos linguisticamente “puros” ou “contaminados”, pois todo contato linguístico produz empréstimos, alternâncias, sobreposições e reorganizações estruturais. A rejeição de determinadas formas por serem consideradas excessivamente influenciadas pelo português pode produzir hierarquias internas e preconceito entre os próprios usuários da Libras. Uma perspectiva sociolinguística não ignora as diferenças entre Libras e português sinalizado, mas procura descrevê-las, identificar suas condições de produção e compreender os valores atribuídos a elas pelas comunidades.

A dimensão diafásica também demonstra que o mesmo sinalizante pode ajustar sua produção conforme o ambiente, o interlocutor, o gênero discursivo e a finalidade comunicativa. Machado e Weininger (2018, p. 61-63), ao compararem produções de

atores-tradutores surdos em videoaulas acadêmicas e vídeos espontâneos disponibilizados no YouTube, encontraram diferenças na configuração de mão, no movimento, na localização, na orientação e no número de mãos. Os autores relacionaram essas ocorrências a processos de economia articulatória, idioletos e mudanças entre registros formais e informais. A presença de variantes em materiais acadêmicos demonstra que a formalidade não elimina a heterogeneidade nem conduz automaticamente a uma sinalização uniforme.

No plano lexical, Silva e Burgeile (2018, p. 367-369) analisaram diferentes formas de produção do sinal correspondente a “trança”. As variantes apresentaram mudanças nas configurações de mão e nos movimentos, mas conservaram elementos articulatórios e semânticos suficientes para garantir a compreensão. Os participantes reconheciam a forma registrada no dicionário e, simultaneamente, mantinham as variantes aprendidas em seus espaços de convivência. O caso evidencia que o dicionário registra possibilidades da língua, não a totalidade de seus usos. Também demonstra que a mobilidade de pessoas surdas provenientes de diferentes regiões amplia o contato entre repertórios e favorece a circulação de variantes.

A descrição sociolinguística da Libras deve, portanto, afastar-se de dois extremos. O primeiro corresponde à imposição de uma forma única, geralmente legitimada por dicionários, instituições ou

grupos de maior prestígio. O segundo consiste em tratar qualquer diferença como inteiramente livre e desprovida de condicionamentos. Entre essas posições, situa-se a análise da heterogeneidade organizada, interessada em verificar quais elementos permanecem estáveis, quais se alternam e de que modo os fatores sociais participam dessa alternância. Xavier (2019, p. 63-64) destaca que ainda permanecem abertas questões sobre variedades macrorregionais, contato com o português, alternância de códigos, variantes fonológicas, lexicais, morfossintáticas e discursivas, bem como sobre a eventual constituição de uma variedade considerada padrão.

A variação diatópica costuma ser associada às diferenças linguísticas entre regiões, estados ou municípios. Contudo, a noção de territorialidade permite ampliar essa interpretação. O território não representa apenas um ponto físico em um mapa, mas um espaço constituído por relações sociais, memórias, movimentos migratórios, instituições educacionais, associações de surdos, redes profissionais e formas de circulação da língua. Uma variante pode adquirir força em determinada localidade porque é compartilhada em uma escola, difundida por lideranças surdas, empregada em cursos de formação ou transmitida entre gerações de sinalizantes.

A Dialetoлогия e a Geolinguística oferecem instrumentos para registrar a distribuição espacial das variantes, mas sua aplicação à Libras requer atenção às características visuais da língua e às

trajetórias de aquisição dos participantes. A idade em que a pessoa teve contato com a Libras, as instituições frequentadas, os deslocamentos entre cidades e a participação em redes digitais podem interferir na configuração do repertório. Consequentemente, o local de residência atual não explica isoladamente as escolhas linguísticas de um sinalizante.

Leal, Silva e Silva (2022, p. 54) investigaram a ocorrência de variação fonológica e lexical entre participantes surdos de Belém e Parauapebas, no Pará. As autoras analisaram diferentes produções motivadas por estímulos visuais e consideraram configurações de mão, movimentos, localização, orientação e expressões não manuais. Os resultados foram sintetizados nos seguintes termos:

A partir das nossas análises, com foco na Dialetologia Pluridimensional, constatamos que existe a presença tanto da variação lexical quanto fonológica nos municípios pesquisados. Dentre os quatro indivíduos surdos que foram entrevistados, foi constatada variação diante das imagens apresentadas. Em síntese, ao analisar a variação fonológica da Língua Brasileira de Sinais, ficou evidente que tal variação ocorreu devido à mudança de um determinado constituinte fonológico que, no caso das nossas análises, configurou-se na mudança da configuração das mãos e movimento. Porém, nesse tipo de variação fonológica identificamos, também, a influência da iconicidade na criação dos sinais, como no caso da variante “moto” (Leal; Silva; Silva, 2022, p. 62).

A pesquisa evidencia que a variação regional pode atingir um constituinte fonológico específico ou envolver a substituição mais abrangente da forma lexical. Ao mesmo tempo, a amostra reduzida recomenda cautela quanto à atribuição automática de uma variante a toda a comunidade de um município. As próprias autoras identificaram possíveis relações com fatores sociais e de gênero, reafirmando o caráter pluridimensional da investigação (Leal; Silva; Silva, 2022, p. 62). Uma cartografia sociolinguística da Libras não deve apenas localizar sinais, mas relacioná-los às histórias dos sinalizantes e às redes nas quais foram aprendidos e utilizados.

Essa necessidade também aparece no estudo de Santos e Azevedo (2024, p. 143-145), realizado com oito sinalizantes residentes em São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. Embora os municípios pertençam à mesma região metropolitana, foram encontradas diferentes formas de sinalizar o item lexical “camaleão”. A variabilidade observada não permitiu estabelecer uma variante exclusiva para cada localidade, mas revelou o conhecimento dos participantes sobre diferentes possibilidades de composição e referenciação. O resultado é metodologicamente relevante porque mostra que a proximidade geográfica não produz uniformidade e que uma amostra ampliada é indispensável para diferenciar padrões comunitários de usos idioletais.

No Acre, Lima, Garcia e Souza (2024, p. 313-315) investigaram os sinais correspondentes às profissões “dentista” e “professor(a)” no Inventário de Libras de Rio Branco. Os participantes foram organizados por faixa etária e gênero, e suas produções foram registradas e analisadas por meio do *SignWriting*. Foram identificadas variações nos movimentos, nas configurações de mão, nos pontos de articulação e na direção dos movimentos. No sinal “dentista”, por exemplo, as diferenças atingiram o movimento e, em algumas produções, os pontos articulatorios; em “professor(a)”, concentraram-se especialmente na direcionalidade e na bidirecionalidade do movimento (Lima; Garcia; Souza, 2024, p. 329).

Os inventários linguísticos desempenham papel importante porque registram usos de comunidades que historicamente tiveram pouca presença em materiais lexicográficos nacionais. Entretanto, inventariar não significa fixar definitivamente uma forma para cada região. Um corpus representa determinado recorte temporal e social. Mudanças geracionais, deslocamentos populacionais, circulação de vídeos e contato com sinalizantes de outros estados podem modificar a frequência das variantes. O valor do inventário reside precisamente na possibilidade de documentar essa diversidade e acompanhar suas transformações.

A relação entre língua e território aparece de maneira particularmente expressiva na toponímia. Urbanski, Ferreira e Xavier

(2020, p. 234-236) analisaram 888 sinais que designam cidades pertencentes a 14 estados brasileiros e regiões administrativas do Distrito Federal. A maioria dos topônimos investigados apresentou algum tipo de influência do português, especialmente mediante combinações de letras do alfabeto manual com outros parâmetros da Libras. Também foram identificados calques, inicializações, soletrações e topônimos formados sem influência direta do português.

Os resultados demonstram que nomear um lugar em Libras não corresponde apenas a traduzir seu nome escrito. Os sinais toponímicos podem fazer referência a elementos históricos, culturais, visuais, ambientais ou políticos associados à localidade. Ao circularem, esses sinais organizam uma geografia visual compartilhada pelas comunidades. Urbanski, Ferreira e Xavier (2020, p. 263-264) alertam, entretanto, que os dados analisados correspondem apenas a parte dos municípios e não representam as regiões brasileiras de forma equilibrada. Essa limitação reforça a necessidade de participação das comunidades locais na documentação dos sinais que designam seus próprios territórios.

A territorialidade também se produz em espaços institucionais próximos. Santana e Santos (2022, p. 14-16) compararam 120 sinais-termo da área de eletrotécnica presentes em glossários do IFMA/Monte Castelo e do SENAI-MA. Embora as instituições estivessem localizadas na mesma região e trabalhassem com o mesmo

domínio profissional, apenas um sinal-termo coincidiu integralmente. As diferenças foram relacionadas à influência do português escrito, à derivação de outros sinais, à interpretação dos conceitos e às experiências dos grupos responsáveis pelos materiais. Portanto, não apenas cidades ou estados produzem repertórios específicos; escolas, universidades, associações e ambientes profissionais também constituem territórios sociolinguísticos.

Em regiões de baixa densidade demográfica, o território pode determinar as próprias possibilidades de acesso à Libras. Santos (2023, p. 177-179) mostra que pessoas surdas residentes em municípios distantes dos grandes centros do Tocantins enfrentam escassez de cursos, profissionais fluentes, espaços bilíngues e oportunidades de convivência com outros sinalizantes. Nessas circunstâncias, são empregadas diferentes estratégias, como sinais familiares, gestos, expressões corporais, leitura labial, escrita e recursos tecnológicos. Esse quadro evidencia uma desigualdade territorial: enquanto determinados centros concentram instituições e redes de circulação da Libras, outras localidades permanecem com acesso descontínuo aos direitos linguísticos.

Territorialidades, portanto, não devem ser convertidas em fronteiras rígidas entre variedades. Os territórios são permeáveis, conectados e continuamente reorganizados pelos deslocamentos de seus habitantes. O sinalizante pode incorporar formas aprendidas na

família, na escola, em associações, em cursos superiores, em comunidades religiosas, no trabalho ou nas redes sociais. A análise diatópica torna-se mais consistente quando considera essas múltiplas camadas e evita atribuir cada variante exclusivamente ao endereço atual do participante.

A corporalidade constitui uma dimensão incontornável da Libras, pois a língua se materializa por meio de articuladores manuais e não manuais percebidos visualmente. Configurações de mão, movimentos, localizações, orientações, expressões faciais, direção do olhar, inclinação da cabeça, postura e deslocamento do tronco participam da organização linguística. O corpo não representa um recurso adicional empregado após a formulação da mensagem; ele integra a produção fonológica, morfossintática, semântica, pragmática e discursiva.

Os estudos iniciados por Stokoe demonstraram que os sinais não são unidades globais ou desenhos indivisíveis. Eles podem ser decompostos em parâmetros menores e contrastivos, inicialmente definidos como configuração de mão, localização e movimento. Posteriormente, orientação da palma e marcações não manuais foram incorporadas às descrições das línguas de sinais (Stokoe, 1960 *apud* Xavier; Barbosa, 2014, p. 373-375). A adoção de termos como fonética, fonologia e pronúncia não implica equiparar corporalidade e

sonoridade, mas reconhecer níveis de organização equivalentes em modalidades distintas.

Xavier e Barbosa esclarecem o emprego da noção de pronúncia nas línguas sinalizadas:

O uso dos termos fonética, fonologia, ou mesmo pronúncia em referência a línguas que se manifestam visualmente, e não sonoramente, pode causar um certo estranhamento no leitor com pouca ou nenhuma familiaridade com as línguas de sinais. [...] Dessa forma, quando falamos neste artigo de diferentes pronúncias dos sinais da língua brasileira de sinais (libras), referimo-nos às formas distintas que estes podem assumir nas produções de diferentes sinalizadores ou de um mesmo sinalizador, sem que isso represente qualquer alteração em seu significado (Xavier; Barbosa, 2014, p. 372).

A definição é importante porque situa a variação na realização concreta dos sinais. Assim como uma palavra oral pode apresentar pronúncias diferentes sem perder seu significado, um sinal pode sofrer alterações articulatórias reconhecidas como realizações possíveis da mesma unidade lexical. Na análise de 60 sinais produzidos por 12 participantes, Xavier e Barbosa (2014, p. 407-408) identificaram variação nos parâmetros tradicionalmente descritos e em outros aspectos, como presença ou ausência de contato entre os articuladores, repetição do movimento, flexão do antebraço, atividade da mão não dominante e oralização parcial ou total da palavra correspondente em português.

A variação pode ocorrer entre diferentes sujeitos ou nas produções sucessivas de um mesmo sinalizante. Essa distinção impede que se associe toda diferença a um dialeto regional. Xavier e Barbosa (2017, p. 983-984) observam que uma das dificuldades enfrentadas na descrição da Libras decorre da necessidade de distinguir fenômenos idioletais, estilísticos, socioletais e dialetais. Também é necessário diferenciar as variantes reconhecidas pela comunidade das produções atípicas que causam ruptura de compreensão. A variação típica preserva elementos de estabilidade que permitem ao interlocutor reconhecer realizações diferentes como pertencentes ao mesmo sinal.

Ao examinarem seis sinais produzidos três vezes por 12 participantes surdos de São Paulo, Xavier e Barbosa (2017, p. 1002-1004) verificaram que alguns itens apresentaram maior estabilidade, enquanto outros variaram em múltiplos parâmetros. A descrição do que permanece constante é tão relevante quanto o registro do que se modifica. Sem esse conhecimento, corre-se o risco de classificar como “erro” uma realização legítima ou, no sentido inverso, interpretar como simples variante uma produção que não é reconhecida pela comunidade e compromete a comunicação.

A atuação de variáveis sociais sobre os parâmetros corporais precisa ser demonstrada empiricamente, não pressuposta. Andrade, Hora e Aguiar (2015, p. 331-332), ao investigarem produções de homens e mulheres, constatarem variação na configuração de mão,

localização, movimento e orientação. Entretanto, os resultados não permitiram atribuir tais diferenças à variável sexo, considerada pouco relacionada ao fenômeno analisado. A conclusão é relevante porque impede explicações essencialistas, segundo as quais homens e mulheres sinalizariam necessariamente de maneiras distintas. Os efeitos de gênero, idade ou escolaridade dependem do corpus, da comunidade, do item lexical e das circunstâncias de interação.

As marcações não manuais ampliam o alcance da corporalidade linguística. Movimentos de sobrancelhas, olhos, bochechas, boca, cabeça, ombros e tronco podem marcar estruturas interrogativas, negativas, intensificação, afetividade, posicionamento discursivo e componentes lexicais. Elas não devem ser tratadas como gestos ornamentais, pois sua ausência ou modificação pode alterar o sentido. Valentim, Dizeu e Costa (2020, p. 2-3) encontraram variações nas marcações não manuais e nas posturas corporais empregadas por participantes surdos de Maceió. Parte dessas escolhas estava relacionada à formação e à atuação profissional dos integrantes de uma comunidade de prática.

A corporalidade, contudo, não se encerra na descrição dos parâmetros. O corpo sinalizante é atravessado por experiências visuais, processos de subjetivação, memórias educacionais, relações de poder e identificações culturais. Pagni e Martins formulam essa ampliação conceitual nos seguintes termos:

O *ethos* surdo se constitui pelas diferenças e é efeito das marcas de uma expressividade que se estende aos corpos. Os estudos numa perspectiva cultural da surdez, da qual somos parceiros, agenciam-na por seus marcadores linguísticos e culturais. Nossa mirada abrange as particularidades linguísticas, de uma língua de modalidade gesto-visual, mas amplia a perspectiva ao dar ênfase aos restos-acontecimentos que são efeitos das sensações surdas, das performances corporais, dos gestos e da expressividade do pensamento surdo que se produz nesse acontecimento único que funda a experiência do ser surdo (Pagni; Martins, 2019, p. 1).

Essa abordagem permite distinguir corporalidade de uma leitura meramente anatômica. O corpo não é apenas o lugar físico em que as mãos se movem, mas o campo no qual experiências linguísticas, afetivas, culturais e políticas se materializam. Pagni e Martins (2019, p. 16-17) defendem que gestualidade, fisionomia, movimento e expressividade ultrapassam a estrutura estritamente gramatical, ainda que participem da produção dos sentidos e das formas de vida surda. Desse modo, a língua-corpo não pode ser reduzida a um conjunto mecânico de configurações e trajetórias.

Oliveira e Melo (2021, p. 55-56) também evidenciam que o corpo surdo é produzido em relações discursivas. Ao analisarem uma narrativa humorística divulgada no YouTube, as autoras mostram como gestos, sinais, expressões faciais e posicionamentos corporais participam da constituição de identidades e das disputas entre saberes sobre a surdez. A fluência em Libras e o pertencimento às comunidades podem conferir autoridade a determinados sujeitos,

enquanto aqueles que desconhecem a língua são reposicionados nas relações de interação.

Na análise das autoras, a Libras, mais do que um recurso comunicativo, corresponde ao “próprio corpo em processo de interação social” (Oliveira; Melo, 2021, p. 62). Essa afirmação não apaga a estrutura linguística; ao contrário, evidencia que a estrutura é corporificada e socialmente acionada. A sinalização manifesta simultaneamente parâmetros fonológicos, escolhas lexicais, atitudes, identidades e posições discursivas. Por isso, o eixo das corporalidades precisa articular duas dimensões complementares: a materialidade linguístico-articulatória e a experiência histórico-cultural do corpo surdo.

A expressão “comunidades sinalizantes” permite compreender a Libras como prática produzida em redes de interação, sem retirar das pessoas surdas seu protagonismo histórico. A comunidade não é definida apenas pela presença de sujeitos em uma mesma cidade nem pelo compartilhamento abstrato de uma língua. Ela se constitui por relações de convivência, repertórios, objetivos, normas, identificações e avaliações sobre as formas de sinalizar. Associações, escolas, universidades, igrejas, famílias, movimentos sociais, ambientes profissionais e redes digitais podem formar espaços comunitários com diferentes graus de estabilidade.

A sociolinguística da terceira onda desloca parte da análise das categorias sociais previamente estabelecidas para as práticas por meio das quais os sujeitos produzem pertencimentos e significados. Gonçalves define comunidade de prática como um agrupamento no qual os participantes se envolvem intensamente em atividades comuns e constroem práticas sociais compartilhadas (Gonçalves, 2013, p. 111 *apud* Valentim; Dizeu; Costa, 2020, p. 7). O conceito inclui engajamento mútuo, objetivos negociados e repertório compartilhado, abrangendo recursos linguísticos, gestos, rotinas, comportamentos e conhecimentos especializados.

A pesquisa de Valentim, Dizeu e Costa mostra como práticas profissionais podem adquirir expressão corporal e linguística:

Diante dos resultados obtidos, é possível concluir que as variações no parâmetro de marcações não manuais, bem como os movimentos encontrados na comunidade formada por graduados ou graduandos em Letras/Libras ou Pedagogia G1 apontam para um pertencimento a uma comunidade de prática específica. Essa percepção é evidenciada por meio da troca de repertório linguístico comum entre os membros, no que tange ao uso de marcações não manuais, mudança de postura e mãos em repouso. Essas marcações, portanto, não são aleatórias como indica a literatura da área (Valentim; Dizeu; Costa, 2020, p. 23).

A passagem demonstra que o pertencimento comunitário pode ser indiciado por escolhas sutis. A postura assumida diante do interlocutor, a organização das mãos em repouso e o uso de expressões

não manuais revelam experiências e modelos de atuação. Participantes em formação podem aproximar sua sinalização da produção de profissionais já reconhecidos, incorporando recursos que simbolizam competência e pertencimento. A variante, nessa perspectiva, não apenas transmite uma informação; ela participa da construção social do sinalizante.

Silva e Dizeu (2017, p. 47-48) analisaram a variação da Libras em Maceió com 23 participantes, considerando sexo, idade e escolaridade. Foram observadas diferenças na configuração de mão, no movimento e no ponto de articulação. Naquela amostra, participantes do sexo feminino, entre 33 e 41 anos e com escolaridade entre o primeiro e o quinto ano apresentaram maior número de variações (Silva; Dizeu, 2017, p. 62-63). Esses resultados não devem ser transformados em características universais das mulheres, das pessoas dessa faixa etária ou com esse nível de escolarização. Eles descrevem uma correlação localizada, que precisa ser confrontada com outros corpora e contextos.

A comparação com Andrade, Hora e Aguiar (2015, p. 331-332), que não encontraram efeito significativo da variável sexo, confirma a necessidade de interpretações não essencialistas. Resultados diferentes podem decorrer dos itens analisados, da composição das amostras, das histórias educacionais, das regiões e dos procedimentos de coleta. As variáveis sociais não atuam como causas

automáticas; elas adquirem significado no interior de comunidades e práticas específicas.

As trajetórias de aquisição constituem outro fator decisivo. Rubio e Souza (2021, p. 3-4) caracterizaram sociolinguisticamente a comunidade surda de São Carlos e identificaram um contexto de bilinguismo bimodal Libras-português. Os participantes utilizavam línguas de modalidades diferentes, sendo a Libras visual-espacial e o português empregado principalmente pela escrita. A aquisição das duas línguas ocorreu de maneira heterogênea, condicionada pelo ambiente familiar, pelas experiências escolares, pelas relações sociais e pelo acesso a recursos tecnológicos.

Os resultados indicaram que parte expressiva dos participantes teve contato tardio com a primeira língua e que a casa raramente foi apontada como espaço de aquisição da Libras. Escola, igreja, associação e contato com outros surdos desempenharam funções relevantes. O português escrito conservou elevado prestígio e foi utilizado em diferentes contextos, embora a Libras fosse a língua mais acessível à experiência visual dos participantes (Rubio; Souza, 2021, p. 28-30). A comunidade sinalizante, portanto, encontra-se atravessada pelo bilinguismo, pela desigualdade de status entre as línguas e pelas diferentes oportunidades de aquisição.

As condições encontradas em regiões remotas do Tocantins tornam essa desigualdade ainda mais visível. Santos (2023, p. 190-

193) verificou que participantes surdos empregavam Libras, português escrito, gestos, sinais familiares, expressões faciais, leitura labial e recursos icônicos conforme os interlocutores e as situações. A diversidade dessas estratégias não deve ser descrita simplesmente como ausência ou deficiência de língua. Ela revela formas de interação construídas em territórios nos quais o acesso contínuo à Libras foi historicamente negado.

Ao mesmo tempo, é necessário evitar a romantização da privação linguística. A criatividade comunicativa das pessoas surdas não substitui o direito de adquirir precocemente uma língua plenamente acessível. Quando faltam escolas bilíngues, profissionais capacitados e espaços de convivência entre sinalizantes, as possibilidades de participação social, educacional e política tornam-se desiguais. O reconhecimento das práticas locais deve coexistir com a defesa da ampliação do acesso à Libras e à educação bilíngue.

As comunidades também são atravessadas por relações de poder. Oliveira e Melo (2021, p. 55-56) observam que associações, formação acadêmica e experiência linguística podem funcionar como critérios de legitimação dos sujeitos autorizados a registrar sinais, elaborar materiais e representar a comunidade. Esses critérios fortalecem o protagonismo surdo, mas também podem criar fronteiras internas entre quem é reconhecido como sinalizante legítimo e quem

ocupa posições periféricas. Identidades, repertórios e autoridades comunitárias não são homogêneos ou definitivamente estabelecidos.

A escolha da expressão “comunidades sinalizantes”, no plural, procura reconhecer tal complexidade. Pessoas surdas com aquisição precoce ou tardia, surdos oralizados, professores, tradutores, intérpretes, pesquisadores, familiares e outros usuários podem participar das redes de circulação da Libras, embora ocupem posições distintas. O emprego do termo não deve diluir a centralidade política das comunidades surdas, responsáveis pela preservação, expansão e reivindicação pública da língua. Seu propósito é destacar que os fenômenos sociolinguísticos emergem das relações entre sujeitos, práticas, territórios e instituições.

As transformações tecnológicas ampliaram significativamente os espaços de produção e circulação da Libras. Antes da popularização das plataformas digitais, a difusão de variantes dependia principalmente do contato presencial em escolas, associações, encontros e movimentos sociais. Vídeos, redes sociais e aplicativos de mensagens possibilitaram que formas produzidas em determinada região fossem rapidamente conhecidas, avaliadas, incorporadas ou rejeitadas por sinalizantes de outros lugares. A circulação digital não elimina as territorialidades; ela cria conexões entre territórios e reorganiza a escala de difusão dos sinais.

Francisco e Machado (2022, p. 145-146) analisaram a produtividade lexical da Libras durante a pandemia de Covid-19. A necessidade de divulgar informações sobre saúde estimulou a criação e a circulação de sinais-termo em vídeos e redes sociais. Como diferentes grupos produziram denominações para conceitos emergentes, tornou-se possível observar variantes relacionadas a “coronavírus”, “quarentena”, “pandemia” e outros termos. A rápida difusão respondeu a uma necessidade comunicativa concreta e evidenciou a capacidade produtiva da língua.

As autoras ressaltam que o registro desses sinais contribui para compreender a realidade linguística vivida durante a crise sanitária, mas defendem o respeito à língua utilizada em cada região e à cultura local das pessoas surdas (Francisco; Machado, 2022, p. 160-161). Essa observação impede que a variante com maior visibilidade digital seja automaticamente considerada a única forma legítima. A quantidade de visualizações, o prestígio institucional do produtor e o alcance de determinada plataforma podem aumentar a circulação de um sinal sem apagar as alternativas comunitárias.

Os vídeos também modificam a relação entre formalidade e espontaneidade. Machado e Weininger (2018, p. 61-63) demonstraram que produções acadêmicas podem conter simplificações, idioletos e escolhas associadas ao registro informal, enquanto vídeos espontâneos podem mobilizar formas convencionalizadas. Desse modo, não é

possível classificar a variante apenas com base no suporte em que aparece. A análise precisa considerar gênero discursivo, preparação prévia, público, finalidade, posição da câmera, condições de gravação e grau de monitoramento da sinalização.

A documentação por dicionários, glossários e inventários é indispensável, mas não constitui uma atividade neutra. Registrar um sinal envolve selecionar participantes, estabelecer critérios, definir glosas, escolher variantes e decidir quais informações sociais acompanharão o material. Quando apenas uma forma é apresentada sem localização, contexto ou perfil dos usuários, pode-se produzir a impressão de que as demais realizações são inadequadas. Machado e Weininger (2018, p. 61-62) observam que muitos dicionários registram sinais fora do contexto e não contemplam a diversidade das expressões naturais.

A terminologia especializada torna esse debate particularmente relevante. Santana e Santos (2022, p. 14) diferenciam a normalização, entendida como organização compartilhada dos repertórios, da normatização, concebida como prescrição de uma forma obrigatória. Para os autores, a tentativa de prescrever termos sem descrever os usos efetivos constitui uma “iniciativa fadada ao fracasso” (Santana; Santos, 2022, p. 14). As áreas técnicas necessitam de clareza comunicativa, mas essa necessidade não exige o apagamento das variantes.

Uma política terminológica democrática pode registrar formas concorrentes, identificar seus contextos de utilização, apresentar conceitos e promover discussões com profissionais surdos e demais especialistas. No estudo da eletrotécnica, a diversidade dos sinais-termo refletiu maneiras distintas de compreender os conhecimentos especializados e experiências particulares dos grupos institucionais. A normalização deve emergir da negociação entre usuários, não de uma decisão externa orientada exclusivamente pela busca de uniformidade (Santana; Santos, 2022, p. 14-16).

O mesmo princípio se aplica aos inventários regionais e à documentação toponímica. O registro dos sinais de cidades brasileiras revela processos de contato com o português, criação comunitária, inicialização, composição e motivação cultural. Entretanto, uma base de dados não encerra a história do topônimo. Outros sinais podem coexistir, desaparecer, ampliar sua circulação ou mudar de forma. Urbanski, Ferreira e Xavier (2020, p. 263-264) reconhecem a necessidade de ampliar a amostra e aprofundar as categorias empregadas na descrição.

A avaliação das variantes envolve ainda prestígio, estigma e relações de poder. Uma forma pode ser valorizada por aparecer em materiais acadêmicos, ser empregada por professores conhecidos ou circular em instituições nacionais. Outras podem ser classificadas como locais, antigas, informais ou influenciadas pelo português. Essas

classificações não são estritamente linguísticas: elas refletem posições sociais e disputas sobre quem pode definir a forma considerada legítima.

Barbosa da Silva (2025, p. 22) adverte que variedades diaglóssicas pouco estudadas podem sofrer preconceito dentro das próprias comunidades. Todas, entretanto, apresentam organização gramatical e participam da expressão de culturas e identidades surdas. Combater o preconceito não significa afirmar que todas as produções são intercambiáveis em qualquer situação, mas substituir julgamentos intuitivos por descrição, análise contextual e reconhecimento dos repertórios dos sujeitos.

As territorialidades, as corporalidades e as práticas comunitárias encontram-se, portanto, profundamente articuladas. O território organiza encontros, instituições e redes de circulação; o corpo materializa parâmetros, experiências e posicionamentos; e as comunidades atribuem sentidos, valores e funções às variantes. Nenhuma dessas dimensões explica isoladamente a diversidade da Libras. Uma diferença de configuração de mão pode estar vinculada à região, à geração, à economia articulatória, à situação comunicativa ou ao repertório de uma comunidade profissional. A determinação de seus condicionamentos depende da observação sistemática dos usos.

Essa perspectiva desloca a investigação de uma pergunta normativa - “qual é o sinal correto?” - para questões propriamente

sociolinguísticas: quais formas coexistem, quem as utiliza, em quais situações, como circulam, que significados sociais assumem e como são avaliadas pelos próprios sinalizantes? Ao formular tais perguntas, torna-se possível reconhecer a variação não como ameaça à Libras, mas como evidência de sua vitalidade, de sua historicidade e de sua capacidade de responder às múltiplas experiências das comunidades sinalizantes brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida demonstrou que a variação linguística constitui uma propriedade inerente à Libras, manifestando-se nos níveis fonológico, lexical, terminológico e discursivo. As diferentes formas de sinalização não representam desvios aleatórios, mas realizações condicionadas por fatores geográficos, sociais, históricos, articulatórios e contextuais.

As territorialidades evidenciam que os repertórios são construídos em cidades, instituições, espaços educacionais, associações e ambientes digitais. As corporalidades, por sua vez, revelam que mãos, expressões faciais, movimentos e posturas participam tanto da estrutura linguística quanto da constituição cultural e identitária dos sujeitos surdos. Nas comunidades sinalizantes, essas variantes circulam, são compartilhadas e recebem diferentes valores sociais.

Conclui-se que reconhecer a pluralidade da Libras não enfraquece sua unidade linguística e política. Ao contrário, contribui para combater o preconceito, evitar padronizações impositivas e valorizar as experiências das comunidades surdas brasileiras. Torna-se necessário ampliar pesquisas com diferentes regiões, gerações e contextos de uso, assegurando o protagonismo dos sinalizantes surdos na documentação, na interpretação e na valorização da diversidade da Libras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Wagner Teobaldo Lopes de; HORA, Dermeval da; AGUIAR, Marígia Ana de Moura. O papel da variável sexo na variação fonológica da Libras. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 317-337, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5380/rabl.v14i1.42497>. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1243>. Acesso em: 3 ago. 2026.

BARBOSA DA SILVA, Diego. Uma Libras ou muitas Libras? Apontamentos sociolinguísticos sobre línguas de sinais no Brasil. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 19, e019009, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14393/DLv19a2025-9>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/72504>. Acesso em: 3 ago. 2026.

FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim Mendes; MACHADO, Vanessa Lima Vidal. A produtividade e a variação lexical da Libras durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Travessias Interativas**, São Cristóvão, v. 12, n. 26, p. 145-161, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.51951/ti.v12i26.p145-161>. Disponível em:
<https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/17397>. Acesso em: 3 ago. 2026.

LEAL, Melissa Maynara dos Passos; SILVA, Jéssica Bruna Menezes; SILVA, Greize Alves da. Estudo dialetológico da Língua Brasileira de Sinais: análise cartográfica da variação fonológica-lexical-diatópica nos municípios de Belém e Parauapebas, PA.

Humanidades & Inovação, Palmas, v. 9, n. 14, p. 53-63, 2022.

Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5472>. Acesso em: 3 ago. 2026.

LIMA, Israel Queiroz de; GARCIA, Rosane; SOUSA, Alexandre Melo de. A variação fonológica e lexical de sinais de profissões no Inventário de Libras de Rio Branco, Acre. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 25, n. 1, p. 313-332, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.13102/cl.v25i1.11756>. Disponível em:

<https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/11756>. Acesso em: 3 ago. 2026.

MACHADO, Vanessa Lima Vidal; WEININGER, Markus Johannes. As variantes da Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Transversal – Revista em Tradução**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 41-65, 2018.

Disponível em:

<https://www.periodicos.ufc.br/transversal/article/view/33414>. Acesso em: 3 ago. 2026.

OLIVEIRA, Silvana Tobias; MELO, Silvia Mara de. O corpo surdo no discurso humorístico: a Libras como saber-poder. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 22, n. esp., p. 49-64, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.13102/cl.v22iEsp..7336>. Disponível em:

<https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/7336>. Acesso em: 3 ago. 2026.

PAGNI, Pedro Angelo; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Corpo e expressividade como marcas constitutivas da diferença ou do ethos surdo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, e88, p. 1-21, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X38222>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38222>. Acesso em: 3 ago. 2026.

RODRIGUES, Angélica; ALMEIDA-SILVA, Anderson. Reflexões sociolinguísticas sobre a Libras (Língua Brasileira de Sinais). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 686-698, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v46i2.1673>. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1673>. Acesso em: 3 ago. 2026.

RUBIO, Cássio Florêncio; SOUZA, Joyce Cristina. Perfil sociolinguístico dos surdos de São Carlos: o bilinguismo bimodal Libras/Língua Portuguesa. **Signótica**, Goiânia, v. 33, e68412, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/sig.v33.68412>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/68412>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SANTANA, Brandon Jhonata Cardoso; SANTOS, Georgiana Marcia Oliveira. A variação denominativa em Libras no Maranhão: uma análise de sinais-termo da eletrotécnica usados no IFMA/Monte Castelo e no SENAI-MA. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 61, n. 1, p. 5-17, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/01031813v61n120228667728>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8667728>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SANTOS, Fernando Cardoso dos. Perfil sociolinguístico dos surdos em regiões de baixa demografia no estado do Tocantins. **The**

ESpecialist, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 176-194, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/2318-7115.2023v44i1e61873>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/61873>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SANTOS, Wendel Silva dos; AZEVEDO, Renan Pires. Um estudo de variação lexical em Libras entre surdos residentes da Região Metropolitana de São Luís, Maranhão. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 121-148, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2024.e94730>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/94730>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SILVA, Maria Norma Lopes Souza; BURGEILE, Odete. A variação linguística no léxico em Libras. **Revista Ecos**, Cáceres, v. 24, n. 1, p. 352-372, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30681/23163933v24i01352372>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/3050>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SILVA, Priscila Rufino da; DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito. Variação linguística na Língua Brasileira de Sinais utilizada em Maceió/Alagoas. **Revista Leitura**, Maceió, v. 1, n. 58, p. 47-67, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.28998/2317-9945.2017v1n58p47-67>. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/revistaleitura/article/view/3167>. Acesso em: 3 ago. 2026.

URBANSKI, Ítalo Rullian Webster; FERREIRA, Daiane; XAVIER, André Nogueira. Contribuições aos estudos toponímicos da Libras através da análise de sinais que designam cidades brasileiras. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 234-267, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex11-v6n1a2020-13>. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/57728>. Acesso em: 3 ago. 2026.

VALENTIM, Ana Clara Pereira; DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; COSTA, Priscila Rufino da Silva. Marcação não manuais na Língua Brasileira de Sinais utilizada em Maceió: delineamentos de uma comunidade de prática. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 1-26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X2020360401>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/52555>. Acesso em: 3 ago. 2026.

XAVIER, André Nogueira. Panorama da variação sociolinguística em línguas sinalizadas. **Claraboia**, Jacarezinho, v. 12, p. 48-67, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/177>. Acesso em: 3 ago. 2026.

XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Felipe Venâncio. Variabilidade e estabilidade na produção de sinais da Libras. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 11, n. 3, p. 983-1006, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL30-v11n3a2017-25>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/37297>. Acesso em: 3 ago. 2026.

XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Plínio Almeida. Diferentes pronúncias em uma língua não sonora? Um estudo da variação na produção de sinais da Libras. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 371-413, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-445069770367936329>. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/17784>. Acesso em: 3 ago. 2026.